



Vigilantes da Bahia protestam no metrô de Salvador



Vigilantes denunciaram atraso nos pagamentos e falta de homologação dos trabalhadores demitidos

Os vigilantes da Bahia denunciaram na manhã desta sexta-feira (3) a demissão de 60 trabalhadores da MJR que prestavam serviço para a CCR Metrô. Acompanhados pelo Sindicato dos Vigilantes da Bahia, os trabalhadores reivindicaram ainda o pagamento de salário e ticket-alimentação de outros 100 empregados.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e do Sindvigilantes/BA, José Boaventura, ainda há o agravante de que a empresa ainda não fez a homologação dos trabalhadores que foram demitidos. “Estamos com o quadro de 100 vigilantes que estão sem receber salários e ticket-alimentação desde abril e ainda existem outros vigilantes que foram demitidos, porém a empresa não fez a homologação deles”, disse o sindicalista.

A manifestação paralisou duas linhas do metrô por volta de uma hora. Em nota, a CCR Metrô informou que a operação da Linha 1, entre as estações Bom Juá e Pirajá, foi normalizada por volta das 10h15.

Prática recorrente

Segundo Boaventura os atrasos salariais e desrespeito aos trabalhadores são práticas recorrentes da MJR, que possui contrato no DF com a Polícia Federal e da Bahia com a Secretaria de Saúde do Estado e Secretaria de Combate à Pobreza. “Sempre com práticas contra a dignidade dos trabalhadores”, destacou.

Detenções imotivadas

Após o final da paralisação, policiais fizeram a detenção de dois sindicalistas e os encaminharam à Polícia Federal. Todo o grupo acompanhou. Lá, a PF informou que não é de sua competência e, por isso, seguiram para a 11ª Delegacia Territorial. Após prestarem esclarecimentos, os detidos foram liberados.

Fonte: CNTV



Licitação para contratar vigilantes no Distrito Federal deve ser liberada em breve pelo TCDF



Em reunião, diretores da CNTV e do Sindesv-DF cobraram liberação da contratação de vigilantes

O processo para liberação da licitação que renovará o contrato de empresas de vigilância privada com o GDF deu mais um importante passo dentro Tribunal de Contas do DF. Na manhã desta quarta-feira (19), o deputado distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Chico Vigilante (PT), o vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes, Paulo Quadros, e o diretor do Sindicato e da CNTV, Moises da Consolação participaram de uma reunião com o conselheiro do TCDF, Márcio Michel, para tratar dos ajustes ao texto do edital que permitirá a contratação de serviço de vigilância prestados ao governo local.

Em meados do mês de maio, o conselheiro Michel suspendeu o andamento do certame por entender que os trabalhadores terão perdas se a licitação for feita nos moldes que o edital prevê. Uma das incoerências apontadas por ele é o pagamento da chamada intrajornada. O

edital prevê apenas 12 horas e meia, enquanto a convenção coletiva da categoria prevê o pagamento de 13 horas e meia.

“De forma alguma a crise pode ser usada como pretexto para retirar direitos de trabalhadores”, explicou Michel.

Diante dos questionamentos levantados pelo conselheiro, o diretor do Sindicato, Moises da Consolação, ponderou que o problema teria sido evitado se a Secretaria de Planejamento, responsável pelo certame, tivesse colocado no edital a convenção coletiva dos vigilantes. “A licitação também é mais uma forma de dar tranquilidade para os trabalhadores das empresas prestadoras de serviço. Eles estão com medo de perder os seus postos de trabalho”, afirmou.

Para Chico Vigilante, a licitação irá democratizar a prestação de serviço da segurança privada e reduzir os custos em até R\$ 50 milhões por ano.

Encaminhamentos

Atendendo ao pedido de Vigilante, o conselheiro Michel comprometeu-se em convocar uma reunião entre representantes do sindicato, técnicos do TCDF, secretária de Planejamento, Leany Lemos e o deputado, para que, juntos, ajustem os pontos que faltam no edital.

Fonte: Assessoria Chico Vigilante

Audiência Pública no Senado sobre Piso Nacional de R\$ 3 mil será na próxima segunda (6)

Após ser adiada em decorrência da agenda do Senado Federal, a audiência Pública agendada para tratar do Piso Nacional de R\$ 3 mil para os vigilantes foi remarçada para a próxima segunda-feira (6). A audiência foi proposta pelo senador Paulo Paim e é um dos passos na luta por mais valorização, incluindo salários justos e dignos.

A audiência será realizada às 9h, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, no Anexo II do Senado Federal.

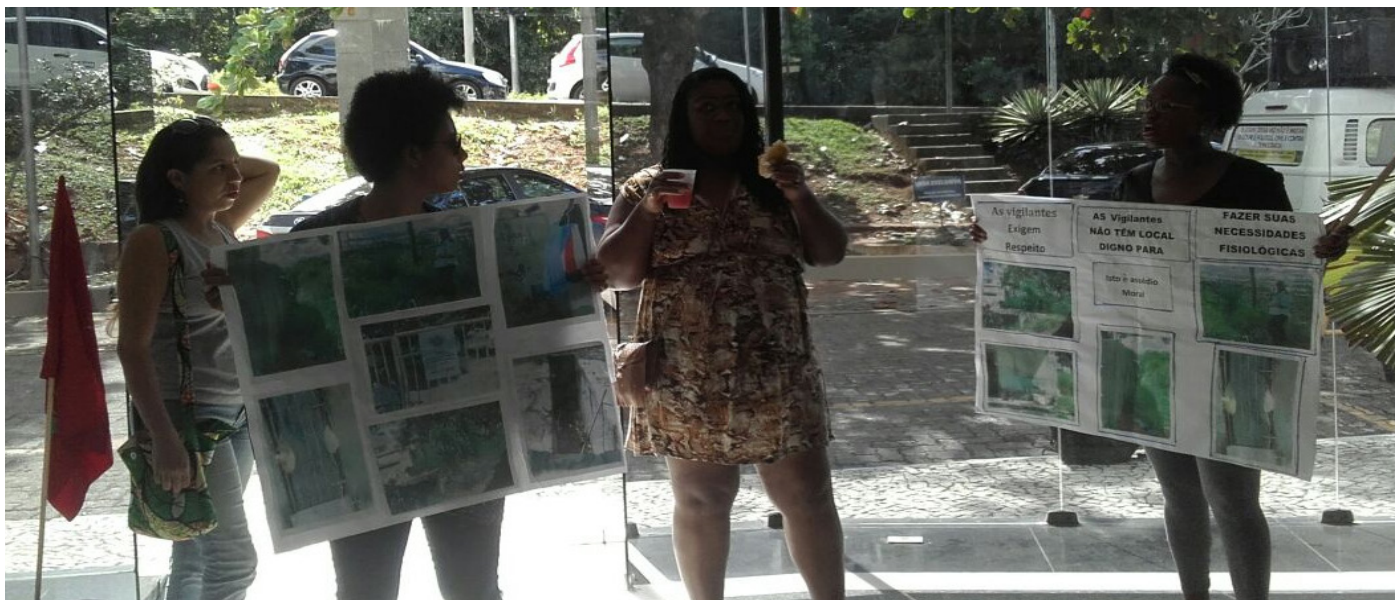
A Confederação Nacional dos Vigilantes

(CNTV) reforça a necessidade de mobilização da categoria e orienta a todos os vigilantes que pressionem os senadores do seu Estado. Assim como aconteceu com o adicional de periculosidade, a cobrança dos trabalhadores e a união são as chaves para a conquista de mais essa vitória.

Ligue para o gabinete, envie e-mail, poste no Facebook. Use todas as ferramentas para enviar ao Congresso um recado: Queremos Piso Nacional de R\$ 3 mil para todos os vigilantes!

Fonte: CNTV

Sindvigilantes/BA denuncia condições de trabalho precárias em posto do Estado



Mulheres prometem mais manifestações para denunciar condições precárias de trabalho e assédio moral e sexual. Audiência Pública para tratar do assunto deve ser realizada em breve.

As mulheres vigilantes que atuam na Secretaria de Assuntos Penitenciários do Estado da Bahia realizaram uma manifestação nesta quinta-feira (2) em frente ao órgão para denunciar as condições precárias de trabalho a que são expostas. O Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes/BA) participou do ato e exigiu das autoridades competentes a resolução urgente deste problema.

Segundo denúncias, as trabalhadoras são obrigadas a fazer suas necessidades fisiológicas no mato, uma vez que as instalações sanitárias estão sem condições de uso há pelo menos seis meses.

Entre as vigilantes está uma grávida de gêmeos, correndo risco de adquirir algum problema de saúde que comprometa sua gestação.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e do Sindvigilantes/BA, José Boaventura, houve

uma tentativa de reprimir o movimento, mas as mulheres resistiram. “O movimento surtiu efeito e a direção assumiu todos os problemas, se comprometendo a resolver em até 10 dias a questão dos sanitários e outras, como a falta de água potável no local”, afirmou.

Segundo a diretora do Sindvigilantes/BA Rejane Rocha de Jesus, uma audiência pública será marcada pela deputada Maria del Carmem em breve. “Até lá, continuaremos a cobrar que os problemas sejam resolvidos. Companheiras

de movimentos sociais se juntaram a nós e juntas organizaremos mais manifestações para denunciar essas e outras mazelas, inclusive assédio moral e sexual ainda existentes”, afirmou.

Rejane Rocha de Jesus

Juntas organizaremos mais manifestações para denunciar essas e outras mazelas, inclusive assédio moral e sexual ainda existentes

Fonte: CNTV

CUT fortalece organização nacional contra governo golpista



Dirigentes de diversas categorias de todo país debateram estratégias de luta da CUT

Para debater os desafios e definir estratégias de luta da CUT na defesa da classe trabalhadora em um cenário de retiradas de direitos já anunciado pelo governo interino e golpista de Michel Temer, dirigentes (da pasta de Relações do Trabalho) das CUTs estaduais, das confederações, federações e sindicatos de diversas categorias em todo país reuniram-se no auditório do Sindsep/DF nessa quarta-feira (19). Os sindicalistas, após palestras e debates, deliberaram pelo fortalecimento do Dia Nacional de Luta e Paralisações que será realizado no próximo dia 10 e pela construção de uma greve geral em defesa da democracia e da classe trabalhadora e pela ampliação das mobilizações em todos os níveis (municipais, estaduais e nacionais),

Em menos de um mês de governo, Temer e sua equipe já anunciaram uma reforma da

Previdência Social que pode desaparecer o sistema de proteção previdenciária, extinguiu ministérios fundamentais para os direitos sociais e sinalizou muitos outros pontos extremamente nocivos para a classe trabalhadora, população de baixa renda e a sociedade em geral, como o fim do Sistema Único de Saúde, o SUS.

“A classe trabalhadora sempre teve uma imensa capacidade de mobilização. Precisamos nos organizar e pressionar todos os senadores, pois ainda dá tempo de reverter esse golpe. Temos um duplo desafio: pressionar o Senado a votar contra o golpe de estado em andamento e não permitir que o governo Temer continue esse desmonte do Estado e dos programas sociais, antes que seja irreversível para as riquezas e direitos do povo brasileiro”, afirma o coordenador da Contracs, Luiz Saraiva.

Responsabilidade de luta

“Entendemos a nossa responsabilidade enquanto a maior central sindical desse país e uma das maiores do mundo num momento de extrema dificuldade para a classe trabalhadora brasileira. Só vai acontecer uma reação ao golpe se a CUT dirigir. Apesar de alguns setores declararem que não têm nada a ver o impeachment e os direitos dos trabalhadores, sabemos que são pautas intimamente ligadas, que não dá pra separar”, afirma o dirigente nacional da CUT, Pedro Armengol.

Para o dirigente CUTista, os pequenos avanços sociais conquistados no último período foram inaceitáveis para a elite brasileira. “Vivemos uma luta de classes, que extrapola o debate ideológico e a disputa de poder. Independente do que acontecer no desdobramento desse processo, vamos continuar na luta, porque o Congresso Nacional continua o mesmo e a pauta continua a mesma”, afirma Armengol.

Projeto nefasto

Para o assessor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Neuriberg Dias, Michel Temer representa uma grande ameaça, sobretudo porque possui base no Congresso para aprovar qualquer projeto contra os trabalhadores. “O perfil do governo Temer é conservador, liberal, sintonizado com o mercado empresarial e comprometido com os setores que viabilizaram sua entrada. A base de aprovação para as matérias é de aproximadamente 350 votos. Por outro lado, não há apoio social, mas uma pauta bomba para a classe trabalhadora (que está na Agenda Brasil), pois a base de apoio do governo Temer vai querer mais espaço”, afirma Neuriberg.

“Tudo o que a gente conquistou com muita luta está ameaçado por Temer. A proposta desse governo é de um estado mínimo com desmonte das políticas públicas de proteção

social. Já atacou Minha Casa-Minha Vida, Bolsa Família, os programas de acesso à educação, como o Prouni e o Fies, extinguiu ministérios que nasceram da mobilização dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Esse momento é um neoliberalismo muito agressivo, bem mais do que a gente debateu no fim da década de 80 e no início da década de 90”, avalia a diretora nacional de Relações de Trabalho da CUT, Graça Costa.

Disposição de luta

“Os trabalhadores desse país têm sido guerreiros e guerreiras na luta pela democracia. Graças a essa unidade e disposição de luta, o golpe está sendo desmascarado para a sociedade e todos estão vendo que esse grupo que tomou o poder está destruindo o Brasil”, afirma o coordenador da Contracs, Luiz Saraiva.

Reafirmando posição ao lado da classe trabalhadora, a senadora Gleisi Hoffman (PT-PR) participou do evento e realizou uma análise macroeconômica, explicando para os sindicalistas de onde veio a crise mundial que reacendeu no capitalismo o discurso de austeridade e ajuste fiscal. “Essa crise financeira que todos usam como justificativa para retirar direitos sociais, não foi causada pela sociedade e nem pelos trabalhadores, mas pelo capital privado. Começou com a crise imobiliária nos Estados Unidos por volta de 2007, posteriormente atingiu a Europa e chegou ao nosso país muito depois”, explica a senadora.

De acordo com Gleisi Hoffman, após o capital privado conseguir quebrar o sistema financeiro dos EUA, o país resolveu resgatar os bancos, que detinham salários, investimentos e poupança dos trabalhadores. Assim, a dívida criada pelo capital privado passou para o setor público, para evitar problemas ainda maiores em meio à crise. “Calcula-se que o impacto da crise imobiliária dos EUA chega a 13 trilhões

de dólares e que o governo americano gastou mais de 2 trilhões para salvar os bancos. Ao mesmo tempo, a crise já havia se alastrado pela Europa, que comprou vários títulos americanos. O modelo adotado pelo estado americano também vigorou no continente europeu, que assumiu as dívidas do capital privado e daí começa o discurso de que é necessário um ajuste fiscal, que o estado gasta muito com políticas sociais, com previdência, e é necessário enxugar esses gastos”, explica a senadora, que também lembrou a época que a crise chegou ao Brasil e foi combatida pelo ex presidente Lula com políticas anticíclicas, com estímulo e mais crédito à produção e ao mercado de consumo, gerando emprego e renda, sem mexer nos direitos da classe trabalhadora.

Gleisi Hoffman também parabenizou a CUT

pelas mobilizações contra o golpe dentro e fora do parlamento. Para a senadora, a Central cumpre papel fundamental em todo esse processo histórico, inclusive ajudando os parlamentares a manter a resistência democrática dentro da Casa. “Desde que começamos a discutir o processo de impeachment, são vocês e os movimentos sociais que estão nas ruas. Hoje vemos muitos senadores com vergonha e arrependidos de seus votos, acredito que temos condições de reverter essa situação, mas isso só foi e será possível com a força de vocês, já que temos uma Câmara ultraconservadora, um Senado um pouco mais progressista e nós resistindo com a força das ruas. Realizaremos oposição sistemática, e denúncias sistemáticas sobre o que está acontecendo em nosso país”, afirma Gleisi Hoffman.

Fonte: CUT



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF